

ESTE TÍTULO É DAS MUITAS BENÉS...

Negra, favelada, doméstica, governadora, senadora, deputada e doutora Honoris Causa pela UFRJ. Benedita da Silva recebeu o título numa cerimônia lotada e seu discurso emocionou a plateia

“Mas era a sina, era o saber doído, tão lúcido, que me ensinava a insistir em ficar viva. Eu fui seguindo ainda mais medida, porque na favela não se nasce a passeio, se nasce para o serviço. Antes da gente ser sujeito de direito, a gente era sujeito ao direito dos outros, das vontades, manias e cismas da amplitude do assalto. Antes de virar gente, a gente virava ajudante. E foi ajudando, ouvindo e servindo, que eu fui aprendendo. Nem sempre com a escola, mas com a lição diária da vida. Com dificuldade para tirar um diploma, mas com os certificados da faculdade da vida. Sem estante de livros em casa, mas com memória para manter tudo certinho na cabeça. Um mundo onde eu seria muda, quieta, dobrada, mas eu fui ficando mais sabida e mais abusada. Na barra, na fé, na força das vendas. Na favela, saber é necessário”.



Observatório aponta efeitos da crise orçamentária

> Presidenta da AdUFRJ visitou parlamentares, presidenta da Capes e Secretário de Educação Superior do MEC para apresentar dados dramáticos da queda de investimento nas universidades

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

A semana foi intensa para o Observatório do Conhecimento, em Brasília. A presidenta da AdUFRJ e coordenadora da rede, professora Mayra Goulart, se reuniu com parlamentares, com a presidência da Capes e com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação para apresentar o último relatório que detalha a evolução do chamado Orçamento do Conhecimento.

O documento, formulado pelo Observatório, mostra que em 2025 houve recuo dos valores destinados à educação superior federal e à Ciência e Tecnologia. Foram destinados, na LOA, R\$ 17,79 bilhões, contra R\$ 18,38 bilhões do ano passado. “O que caracteriza uma perda de 3,2%. Não há, portanto, a manutenção da trajetória de recomposição, como observado em 2023”, diz trecho do relatório.

A visita ao Parlamento e à Capital Federal tinha por objetivo apresentar essas informações e sensibilizar deputados e demais tomadores de decisões sobre a importância de apoiar a área de Educação, C&T. É o que explica a professora Mayra Goulart. “Além de analisar as informações e os impactos no Orçamento do Conhecimento, o Observatório tem essa tarefa fundamental de estabelecer diálogo com as diferentes esferas de poder em busca de soluções



AGENDA Mayra Goulart com as deputadas Ana Pimentel (PT-MG) e Lídice da Mata (PSB-BA) e com Denise Pires, presidente da Capes (centro)



e apoio para o desenvolvimento científico e tecnológico do nosso país”, diz.

Outro dado apresentado pelo Observatório é o volume de perdas acumuladas desde 2014, quando começaram os cortes no Orçamento do Conhecimento: R\$ 117 bilhões. Volume engordado pela perda de 3,2% deste ano. “Os números explicam, por exemplo, o colapso vivido pelas universidades federais”, aponta Mayra Goulart. “Não é resultado de um ano, mas de dez anos de cortes orçamentários”.

Presidente da Capes, a professora Denise Pires de Carvalho recebeu Mayra no gabinete e elogia a iniciativa. “Os estudos

são fundamentais para a formulação de políticas de financiamento nas áreas do Conhecimento”, afirma. Denise, que é ex-reitora da UFRJ e ex-secretária de Educação Superior do MEC, defende que as perdas atuais são responsabilidade de um Congresso que faz chantage para a manutenção das emendas parlamentares. “O movimento que tivemos, desde 2023, de recomposição dessas perdas no atual governo Lula, foi necessário pelo sequestro do orçamento federal para alimentar atuações individuais”, analisa.

Já na Secretaria de Educação Superior do MEC, o tema foi a

liberação integral dos recursos próprios das instituições de ensino. A UFRJ, por exemplo, tem parte desse orçamento contingenciado porque o valor ultrapassa o teto estabelecido na Lei Orçamentária. “O secretário de educação superior, Marcus David, foi muito receptivo à demanda e encaminhou uma nova conversa sobre o tema”, informa Mayra.

CAMPANHA DA ADUFRJ

Na mesma visita, a professora apresentou o brilhante resultado conquistado pela UFRJ no último Center for World University Rankings (CWUR). A universidade subiu 70 posições

e se tornou a segunda melhor universidade do país e segunda melhor da América do Sul. Também se manteve como melhor federal do país. “Imagina com recursos, infraestrutura, investimentos?”, questiona Mayra. O CWUR incluiu 53 universidades brasileiras entre as duas mil melhores instituições de ensino superior e pesquisa do país. Mas os números mostraram que apenas cinco melhoraram em relação ao ano anterior. A maioria perdeu posições. “O ranking evidenciou o resultado prático dessa queda tão acentuada de financiamento. Sem investimento, a qualidade tende a cair”, afirma a presidenta da AdUFRJ.

Mayra Goulart, que representou o sindicato na reunião.

Mayra foi recebida pelo assessor especial do MGI, Norberto Montani (ao lado de Mayra, na foto, segurando o cartaz), que é professor do Instituto de Economia da UFRJ. Além da questão dos recursos próprios, a AdUFRJ levou à equipe do ministério duas outras preocupações crescentes entre os docentes: a instrução normativa nº 71, que trata da regulamentação do auxílio-transporte para os servidores públicos federais, e o reposicionamento previsto na

nova estrutura da carreira do magistério superior. “No caso da IN nº 71, o que nos preocupa é a eventual cobrança do ponto de presença dos docentes. Já no caso do reposicionamento,

os professores adjuntos são nosso foco. Vamos pressionar as instâncias representativas para debater essas questões”, disse Mayra.

Além da reunião no MGI, a presidenta da AdUFRJ participou de outros encontros em Brasília esta semana. No Congresso Nacional, ela se reuniu com diversos parlamentares para levar as preocupações dos docentes em relação aos três temas abordados no MGI. A mesma pauta foi levada por Mayra à Capes, onde se reuniu com a presidenta da agência, a professora Denise Pires de Carvalho, ao secretário de Educação Superior (Sesu), Marcus Vinicius David. Veja mais acima. (Alexandre Medeiros)



EQUIPE A presidenta da AdUFRJ se reuniu com integrantes do MGI

REUNIÃO COM MGI: AUTONOMIA, PONTO DO CAP E CARREIRA DOCENTE

A AdUFRJ participou nesta sexta-feira (13) de uma reunião com técnicos do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para debater alguns temas de interesse da categoria docente e da UFRJ. O principal avanço foi a possibilidade de o sindicato se reunir com a comissão encarregada de discutir a reforma do decreto-lei 200/1967, que dispõe sobre a organização da administração federal. “Nosso objetivo nesse tema é ampliar a discussão sobre questões relativas à autonomia universitária, como os recursos próprios, um aspecto que tem especial relevância para a UFRJ”, destacou a presidenta da AdUFRJ, professora

‘Metida’ para viver e lutar, Benedita é Honoris Causa

> Em cerimônia emocionante, deputada federal do PT relembra toda a sua trajetória e dedica o título outorgado pela UFRJ a todos os que desafiam o preconceito e atuam na defesa dos direitos humanos

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

“Olê, olê, olê, olê, Benedita!” O canto da plateia lotada foi uma das várias quebras de protocolo, todas plenamente justificáveis, da sessão solene do Conselho Universitário que outorgou, na tarde de segunda-feira (9), o título de Doutora Honoris Causa da UFRJ à deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ). Presidida pelo reitor Roberto Medronho, a sessão solene se tornou uma emocionante homenagem à trajetória de vida da parlamentar de 83 anos, uma histórica combatente na defesa dos direitos humanos e da democracia no Brasil.

“Acho que nunca vi uma sessão solene do Consuni com esse quórum”, brincou o reitor, diante do auditório lotado do Salão Pedro Calmon, no campus Praia Vermelha. Com um discurso inspirador (veja a íntegra nas páginas 4 e 5), Benedita relembrou toda a sua história, desde as vielas da favela Chapéu Mangueira, no Leme, Zona Sul do Rio, até os gabinetes de Brasília. E destacou que sempre teve de ser “metida” para enfrentar todos os tipos de preconceito e construir a sua sólida e invejável biografia. “Aprendi a ir me metendo desde criança, me metendo para existir, me metendo para aprender e sobreviver”, disse ela, que teve sua fala interrompida diversas vezes sob palmas calorosas da plateia.

FORÇA E ESPERANÇA

O título foi indicado pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida (Nepp-DH) e aprovado por aclamação pelo Conselho Universitário. Ao saudar a homenageada, a professora Fernanda Barros, vice-diretora do Nepp-DH, lembrou que Benedita foi a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira no Senado Federal, em 1994, e a primeira governadora negra do país, em 2002. “Sua trajetória de vida e de luta representa a dignidade, a força e a esperança de milhões de brasileiros”, salientou Fernanda.

A professora destacou também a importância do título para os defensores dos direitos humanos e para a luta antirracista: “Há um significado ainda mais especial para nós, mulheres negras, urbanas das classes



populares, dos subúrbios, do interior, das favelas. Trata-se do reconhecimento de uma trajetória gigantesca. Os caminhos percorridos por Benedita da Silva são memoráveis e colossais”.

Nascida em 26 de abril de 1942, na então favela da Praia do Pinto, no Leblon, Benedita mudou-se com a família ainda bebê para o Chapéu Mangueira, onde foi criada e moldou seu engajamento político e social. Filha do pedreiro José Tobias da Silva e da lavadeira Maria da Conceição Sousa da Silva, ela trabalhou como vendedora ambulante, empregada domés-

tica, auxiliar de enfermagem, professora e assistente social. Com forte atuação comunitária, participou da fundação do PT e, em 1982, foi eleita pelo partido como vereadora pelo Rio de Janeiro, seu primeiro cargo político. Em 1986, foi eleita para seu primeiro mandato — está no sexto — como deputada federal pelo PT-RJ.

MODELO DE LUTA

Inspirados pelo discurso da parlamentar, os oradores que se seguiram a Benedita falaram um pouco de suas próprias histórias de vida. “Eu tinha até

escrito um discurso, mas depois das palavras da deputada, ele não faz mais sentido”, disse a vice-reitora Cássia Turci, emocionada. Ela preferiu falar de sua infância no Brasil e das dificuldades que enfrentou como filha de imigrantes árabes.

O reitor Roberto Medronho também relembrou de sua criação no Conjunto dos Ferroviários, em Pilares, no subúrbio carioca. “Estudei em escola pública e no Colégio Pedro II, graças a isso estou aqui. Mas muitos dos meus amigos de infância, com quem jogava bola ou búlica, ficaram pelo caminho”, disse Medronho.

O decano do CFCH, professor Vantuil Pereira, falou de sua trajetória no movimento negro e de quanto Benedita representa para os que estão nesse campo de luta: “Você é uma figura profética. Profética no sentido de indicar o valor da luta pelos direitos humanos, pelas mulheres e por toda a comunidade negra. Não somos nós que te homenageamos. Hoje, aqui, é você que nos homenageia”, pontuou o decano.

Em mais uma quebra de protocolo, o reitor pediu que a superintendente-geral de Ações

Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade da UFRJ, Denise Góes, saudasse a homenageada. Militante do Movimento Negro Unificado (MNU), Denise afirmou que a trajetória de Benedita da Silva é um modelo para os militantes pelos direitos humanos: “Você trouxe o morro e a favela para o centro do debate. A trajetória do MNU está intrinsecamente ligada a você. Nós falamos agora por nós. Bota fé, Benê, nós botamos fé em você”.

Sentado na primeira fila da plateia, o ator Antônio Pitanga, casado com Benedita há mais de 30 anos, fez vídeos com seu celular de vários momentos da cerimônia e ficou particularmente emocionado com o discurso da sua mulher. “Essa homenagem é tão linda, tão humana, tão grandiosa, que me comovi, chorei algumas vezes. Mesmo vivendo na mesma casa, sendo marido dela, eu não conhecia essa fala que ela fez. Ela se fechou lá e fez isso. Isso tocou não só a mim como a todos. É uma caminhada em que havia pedras no caminho, mas essas pedras no caminho da Benedita sempre foram degraus para ela subir. É uma homenagem muito merecida”, disse Pitanga.

FERNANDO SOUZA



Discurso

BENEDITA DA SILVA NA CERIMÔNIA DE OUTORGA DO TÍTULO DE DOUTORA HONORIS CAUSA

FERNANDO SOUZA



Para mim é uma honra poder aqui estar, e eu começo realmente o meu discurso agradecendo a todos esses movimentos, o movimento negro, o movimento das mulheres, o movimento da

favela, o movimento da juventude, o movimento das crianças, o movimento dos sem casa, dos sem teto, dos sem estudo. Esses movimentos dos quais acredito que eu tenha, não representado como um todo, mas tendo um compromisso com todos e com tudo aquilo que nós precisamos”.

“Eu queria dizer para vocês o que eu já falei com o Bonitão ali (o marido Antônio Pitanga), que a gente está recebendo muita homenagem, porque é todo dia um troféu de alguma coisa. Aí é sinal de que a gente está no meio para fazer ainda muita coisa, ou nós estamos chegando na hora da partida. O carinho e a manifestação de vocês, isso me comove muito, e ver a presença de amigos e amigas, aqueles que são militantes de causas, outros que não são militantes de causas, mas têm projetos para essa nação, que defendem os direitos humanos, eu quero agradecer a cada um”.

“Eu estou tremendo ao receber esse canudo de doutora Honoris Causa. Se o negócio é me fazer chorar de felicidade e de agradecimento, saibam que já chorei bastante antes para me acalmar e tentar fazer o discurso aqui,

“HONRO COM ESSE TÍTULO CADA ROSTO QUE ME ATRAVESSOU”

e não sei se conseguirei segurar o meu choro, pois dentro do meu coração esse chororô mais parece uma correnteza de memórias, que vai lavando a alma e molhando tudo, o rosto, o gesto e até o papel em que estão as palavras que escolhi para abraçar vocês”.

“Gente, com essa homenagem eu estou me sentindo e ficando ainda mais metida. Eu já nasci metida. Metida enxerida, diziam uns, metida sabida, diziam outros, metida a querer viver e existir, diziam todos, os outros pobres, pretos, perifericos, que como eu saíram do planeta fome, denunciado pela voz importante de Elza Soares, uma mulher de carne negra que se recusou a ser a carne mais barata do mercado”.

“Eu fui metida no mundo das vidas e das lutas desde a barriga de minha mãe, indo com ela grávida para o serviço. Minha mãe, uma mulher autodidata, uma obrigação para quem é pobre, foi uma líder religiosa e comunitária que não

tinha roupa para a ignorância e para o conformismo. E ela logo me fez saber a lição número um, necessária e realista, que eu vim a um mundo que já tinha seus donos e que eu havia de me meter mais cedo ou mais tarde com esses donos e suas razões discriminatórias de corpo e classe de gênero, de orientação sexual, de origem social, de inscrição religiosa”.

“Para ajudar em casa, para poder ter uma casa, o jeito era aprender a ser atirada e sair me metendo onde não era chamada. E assim tentava abrir no braço e com a persistência alguma fresta para buscar existir até os dias seguintes. Sobreviver ou sobreviver, eis a nossa questão. Para quem teve que nascer sabendo que eu queria muito mais, o jeito era aprender a ter coragem para ser entrona e tentar construir da dificuldade e com muitos obstáculos algum sim, ainda que provisório. Afinal, o destrato, a humilhação, a exclusão já estavam ali esperando por nós no asfalto”.

“Mais que uma prova escrita, o escualcho, o olhar censor, a violência corretiva já nos condenava antecipadamente à reprovação. Sair se metendo na própria vida, tomando-a de volta, para nós, era o aprendizado muito indispensável de nossa grande revolução pela liberdade e pela igualdade. Uma revolução muitas vezes silenciosa, como prática de luta, uma revolução muitas vezes silenciada pela repressão”.

“Antes de ser uma consciência política, ser abusada, metida e entrona era uma necessidade existencial que precisava questionar diante do prato de comida, da falta de luz, de água e de escola, das políticas do mais e do mesmo que mudam para ficar igual, desiguando ainda mais os que já estavam desiguais. A pedagogia que a gente tinha era essa, ir se metendo, favela dentro e asfalto afora, com a cara e a coragem, com o corpo e a alma, a vida e os sonhos adiados. E assim eu aprendi a ir ficando cada vez mais entrona, apren-

di a ir me metendo desde criança, me metendo para sobreviver, me metendo para existir, me metendo para aprender e sobreviver, existir e resistir. É um saber construído por vários corpos, pelas diversas mãos e pelas inúmeras cabeças dos periféricos e subalternos que fazem de seu dia a dia uma grande luta”.

“O saber da minha infância, da favela, vinha como uma ordem de cima, a disciplina aprendida era para aceitar e servir, ser criança era aprender a ter responsabilidades de adulto, ser treinada para fazer as vontades de quem mandava. De um lado, um manto branco como um lugar de fala e fé; de outro lado, uma obediência preta vista como um lugar de falha e vetada para a vida digna. O saber era para aprender a carregar mudança, trouxa de roupa, sacola de compras, tijolos, tábuas para o barraco, o que mais fosse preciso para garantir o sustento. O nosso saber não oferecia descanso, lazer ou prazer da reflexão, o saber era mais um peso para carregar, porque a gente não podia faltar às aulas da própria vida, da nossa própria condição de sobrevivência”.

“O peso do conhecimento para a mulherada preta como eu, era o peso da lata d’água na cabeça, morro acima, era a saca de cimento para subir paredes, era o braço doído e as pernas cansadas de tanto descer e subir favela para trabalhar na casa dos outros, e ainda ter energia para seguir dando conta na nossa casa. O peso do conhecimento foi aprender a engolir o “é assim mesmo”, sem deixar de lutar contra o destino que nos impune. E assim eu fui me metendo nos serviços para fazer a venda girar, para fazer a minha vida viver, lavando, cozinhando, criando filhos, levando água, virando laje, carregando o mundo na cabeça como se fosse a minha sina”.

“Mas era a sina, era o saber doído, tão lúcido, que me ensinava a insistir em ficar viva. Eu fui seguindo ainda mais metida, porque na favela não se nasce a passeio, se nasce para o serviço. Antes da gente ser sujeito de direito, a gente era sujeito ao direito dos outros, das vontades, manias e cismas da amplitude do assalto. Antes de virar gente, a gente virava ajudante. E foi ajudando, ouvindo e servindo, que eu fui aprendendo. Nem sempre com a escola, mas com a lição diária da vida. Com dificuldade para tirar um diploma, mas com os certificados da faculdade da vida. Sem estante de livros em casa, mas com memória para manter tudo certinho na cabeça. Um mundo onde eu seria muda, quieta, dobrada, mas eu fui ficando mais sabida e mais abusada. Na barra, na fé, na força das vendas. Na favela, saber é necessário”.

“A gente aprendia a se virar, a resolver, a não levar problema para casa. A gente aprendia a carregar junto com o fardo a dignidade de primeiro afirmar para o mundo que a gente era gente. Para depois brigar um pouco mais para ser reconhecida como cidadã. Preconceito? Nem dava tempo de nomear, porque logo vinha um outro para machucar um pouco mais a ferida já aberta. O racismo não tira folga, discrimina cada passo nosso pela vida. De segundo para segundo. Tínhamos é que sair tirando de letra e metendo bronca no o que tínhamos decidido existir como pretos e favelados. Violência era só mais uma chibata diária que a gente tinha que se desviar ou disfarçar, aprendendo a saber servir para depois poder saber existir como luta”.

“A gente teve de conhecer de cor e saltado a tabuada da sujeição. E a gente

“Primeiro virei doméstica, mãe, dona de casa, para depois me tornar uma trabalhadora. Primeiro tive que me descobrir mulher para depois poder ser uma feminista. Primeiro precisei me reconhecer como favelada para depois ir me tornando Benedita, preta, favelada e mulher”

manobrava para romper com a invisibilidade, a diferença e o esquecimento. Não havia tempo para sonhar com uma cidadania abstrata. A dor da perda não podia parar porque para quem restou vivo lá em casa o bujão de gás tinha acabado, o gato de luz foi derrubado, a roupa precisava ser passada para pagar as despesas e os estômagos pediam comida. Por essa urgência da vida digna, fui entrando em tudo o que era canto, sim. Na igreja, na rua, na associação, no palanque, precisávamos estar juntas e misturadas para seguir em frente”.

“Fui então me metendo na política. Política do saber escutar, do saber lutar, do saber dar atenção. Política de tanto saber vivido no mutirão comunitário que nos ensinou o que é a coletividade e a sua força transformadora. Política de quem sabe e não se esquece do valor do vizinho, da comadre e do parente. Política de quem só vira o dia porque sabe que alguém ajudou a empurrar. Ser metida na favela era levar pito e aprender com ele. Era escutar quando o silêncio mandava calar. Era falar quando o “sim, senhor” tentava emudecer”.

“Fui sim me metendo com os braços incansáveis para o serviço com a boca para as palavras. Palavra dita, palavra cantada, palavra acolhedora, palavra de muitas beneditas que hoje podem estar aqui nesta universidade como testemunhos da equidade promovida pela política de cotas”.

“A cada passo dessa minha metedez persistente eu fui levando a favela comigo. A gente não tem como sair para brigar pela nossa cidadania e deixar a favela dentro do barraco. A mulher escondida atrás da porta e a negritude trancada no armário. Nas ideias, no gesto, na coragem, lá e aí, a preta, a favelada, a mulher”.

“Fui levando a minha gente no corpo, fui levando na alma a sabedoria das mulheres e das pretas que nunca podiam errar, porque errar para nós era cair no abismo. A pobreza negra não permite o

erro. Quem vem de baixo sabe disso, sabe que não se pode perder a única oportunidade. E é por isso que a gente aprendeu a carregar o peso deste conhecimento dolorido que revela a mobilidade social negativa e que faz a gente andar uma casa, dar um passo para frente e cinco para trás”.

“Tive que aprender que favelada, preta e mulher tinha que nascer pronta. A gente precisava, obrigada pelas dificuldades, a nascer sabendo. A pedagogia do pobre e preto só admite o acerto. A fazer, o certo e o direito para sobrar, não andar para trás, ficar a meio caminho ou terminar morto num beco da comunidade. Com essa sabedoria toda aprendida nas ladeiras do Chapéu Mangueira, eu tinha clareza que nas batalhas da vida, antes de tudo, vinha a preta, depois a favelada e, por fim, a menina-mulher. Tudo isso antes de ser alguém, antes de ser cidadã. Foi no dia a dia na favela que eu primeiro descobri o que era ser preta para depois me tornar militante”.

“Primeiro virei doméstica, mãe, dona de casa, para depois me tornar uma trabalhadora. Primeiro tive que me descobrir mulher para depois poder ser uma feminista. Primeiro precisei me reconhecer como favelada para depois ir me tornando Benedita, preta, favelada e mulher”.

“Fiquei metida sim e agora, com esse título, estou mais metida ainda. Ser metida sim no trabalho dos outros, na vida dos outros, no mundo dos outros, primeiro para servir como trabalhadora doméstica e depois também para servir, mas, às nossas causas, à nossa dor. Foi assim que eu me meti nos movimentos de favela, de mulheres e de negros. Lutar por saneamento era primeiro lutar por um banho, por comida, por higiene e dignidade do povo que serve. Lutar por urbanização era primeiro lutar por condução, por luz, por rua, por teto para o povo que trabalha”.

“Política era a bica d’água, o mutirão, a laje virada e colocar a mulher nas associações de favela. Gente, minha paixão sempre seguiu viva pelo saber das coisas, para agir com compaixão pelos outros e com respeito aos seus saberes. Meu encantamento de aprendiz era para este saber que escuta, que observa, que guarda no corpo e na memória o que nem sempre está nos livros e nos registros. O saber que costura a esperança como a resistência”.

“Fui fazer faculdade para aprender, poder usar por dentro o código dos dominantes, para entender o idioma do poder. Eu já era uma poliglota da sobrevivência, falava o português do patrão, o léxico do racista, a linguagem da luta comunitária, mas precisava me alfabetizar na língua da academia, das intelectuais, das mulheres brancas preparadas. Era importante reconhecer suas qualidades e poder também usá-las a serviço da mulherada preta e favelada. Benedita se fez Benedita assim. Fez da dor, matéria-prima. Fez da escuta, o caminho. Fez da esperança, horizonte. Metida a aprender, a ensinar, a resistir, sabendo das coisas porque vivia tendo que dar um jeito com elas”.

“Como quem luta com o corpo e a alma, mas não esquece de agir com o coração. Com dureza e ternura, com garra e doçura, com tristeza às vezes, mas com esperança, alegre e com sorriso, no presente olhado para o melhor do futuro. Por isso, gente, o título de doutora Honoris Causa, concedido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade do Brasil,

a universidade que nasceu de todos, é um título conferido a todos nós, a todas nós”.

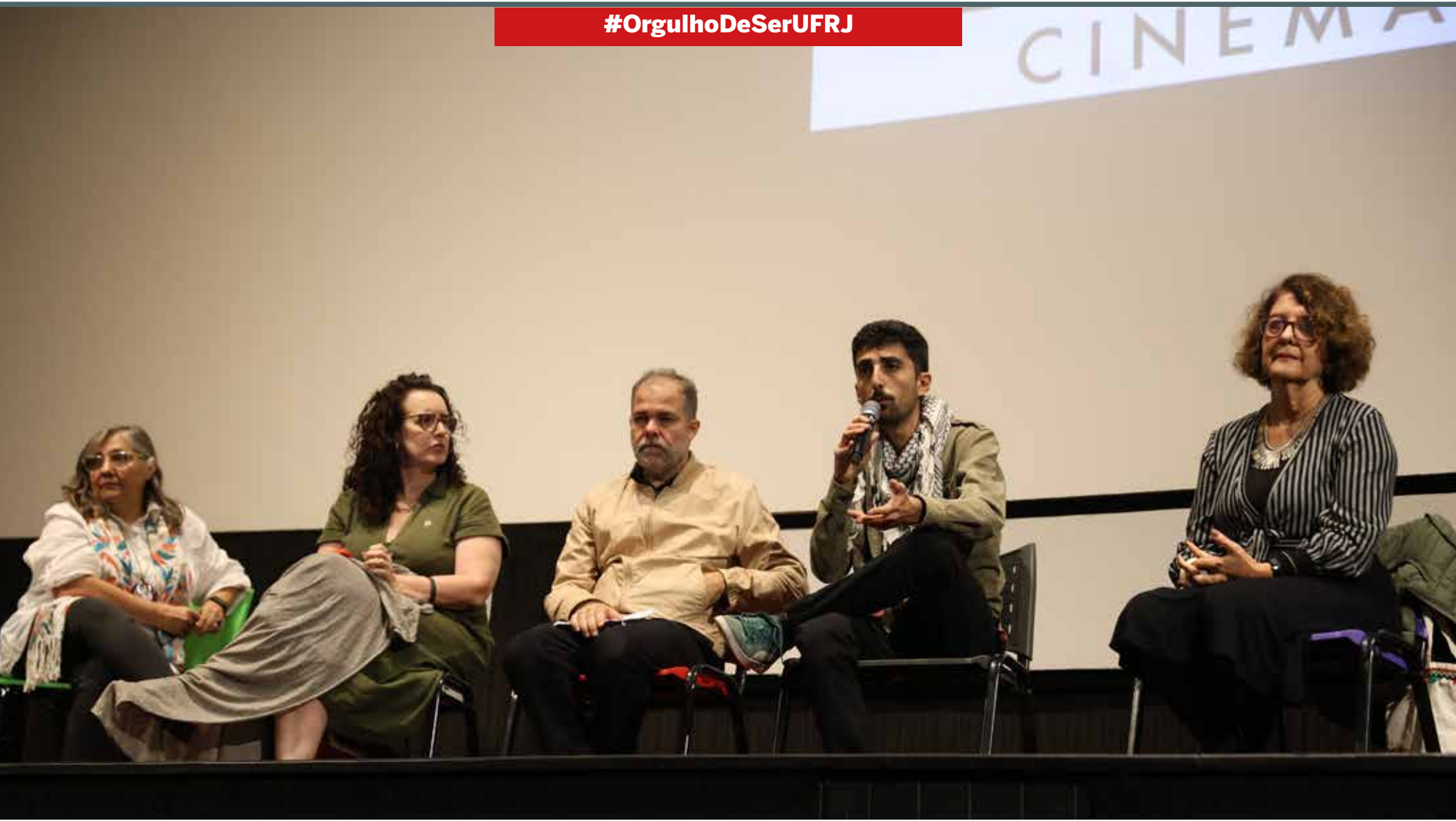
“Esse título é da doméstica, que cuida como especialista em assistência social. É da manicure, que escuta mais que muito analista. É do motoboy, que conhece a cidade tanto quanto o urbanista. É da avó, que cura com folha. É da mãe, que ensina com gesto. É da religiosa, que ensina pela fé. É dos pretos e pretas, das vítimas das balas, das juventudes periféricas, da população LGBTQIA+. Esse título é dos empreendedores de seu próprio destino, que tiram de si mesmo as suas chances de melhoria. É dos que ainda vivem sem CPF e dos que moram longe, o céu ainda nega a sua dignidade”.

“Este título carrega muitos nomes, carrega os muitos silêncios de quem não pôde se sentar nos bancos da universidade, porque foram impedidos pelos servos da intolerância, da desigualdade e da exclusão. Esse título é a obra dos trabalhadores, porque antes de virar tese, eles tinham que saber que o que representavam já tinha virado o pão, já tinha virado a fé, já tinha virado o empurrão, não desistir de esperar”.

“Este título é das muitas Benés e dos muitos Benés vindos lá de baixo e que constroem o mundo com muita garra, com muita empatia e com sobra de generosidade. Os saberes homenageados nesse título são os das nossas vivências, das dores que não viraram ódio e ressentimento, do amor pela vida digna, que vira coragem para a luta por dignidade, inclusão e reconhecimento. Esse título, que agora recebo em nome de todos nós, é mais do que uma honra, é o recomeço de nossas vidas. Ele é o retrato de todos os passos que me trouxeram até aqui. É da menina que escutava o mundo antes de saber nomeá-lo, dos mestres da vida que me ensinaram a ver com os olhos do povo, dos encontros com a diversidade que só a universidade pública é capaz de construir. É nesta casa, de janelas largas para o horizonte e portas abertas para o futuro, que os filhos dos brasis múltiplos encontram chão, voz e oportunidade”.

“A universidade pública é a contramão do silêncio imposto, é o território onde o saber deixa de ser privilégio dos bem-nascidos e se faz conhecimento com retribuição e evolução generosa. Aqui, o título de doutora Honoris Causa é o reconhecimento dos talentos forjados na travessia dos povos que resistem pensando nas vidas que sonham escrevendo suas histórias. É a celebração da política, da inclusão, da diversidade, do saber que liberta, não aceita censura e não se ajoelha diante do autoritarismo”.

“Honro com este título cada rosto que me atravessou, cada voz que me ensinou, cada luta que me moveu. Ele pertence aos que ousaram amar o conhecimento e aos que não desistiram de existir com dignidade. E agora, mais do que todas estas palavras ditas, é hora de estender os braços para refazer os muitos abraços que me trouxeram até aqui. Já passou da hora de eu não me conter de tanta emoção porque a gente agradece de verdade, de corpo inteiro. Entrou aqui uma Benedita chorosa de emoção e sai daqui uma Benedita doutora chorona de paz e felicidade. Muito obrigado”.



Massacre de Israel na faixa de Gaza é tema de debate

> Cine Cidadania, projeto da Universidade da Cidadania, exhibe documentário de Anne-Marie Miéville e Jean-Luc Godard sobre a causa palestina e promove intensa discussão sobre o genocídio na região

RENAN FERNANDES
comunica@adufrrj.org.br

“Um dia, quando for seguro, quando não houver mais medo de retaliação pessoal por chamar as coisas pelo o que são, quando for tarde demais para tornar alguém responsável, todo mundo sempre vai ter sido contra isso”.

Me sinto honrada por pertencer a uma universidade que se pronuncia diante de um genocídio”

BEATRIZ BISSIO
Professora do IFCS/UFRJ

O trecho do novo livro do escritor e jornalista egípcio Omar El Akkad foi lido por Marcos Ferrer, secretário de Comunicação da Federação Árabe Palestina do Brasil, na noite de terça-feira (10), em debate realizado pelo Cine Cidadania, no Estação Net Botafogo. O evento organizado pela Universidade da Cidadania (UC) discutiu o documentário “Aqui e acolá”, de Anne-Marie Miéville e Jean-Luc Godard.

“Estamos no dia 613 do holocausto palestino. São mais de 66 mil palestinos exterminados, 22 mil crianças e 12 mil mulheres mortas pelas bombas e pela fome”, revelou Marcos. “É uma depravação genocida o que assistimos na Palestina”.

O massacre promovido por Israel na Faixa de Gaza foi o tema escolhido para a quarta edição do projeto. “A questão da Palestina se impôs para a gente como uma questão cívica de cidadania global”, disse a professora Eleonora Ziller, diretora da UC. “A exibição do filme representa uma tomada de posição institucional da nossa universidade”, completou.

A professora Christine Ruta, coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura, ao qual a UC está ligada, leu a moção pelo fim da violência em Gaza aprovada pelo Consuni no dia 22 de maio. O texto pede o fim da guerra e a permissão da entrada de ajuda humanitária no território.

“Me sinto honrada por pertencer a uma universidade que se pronuncia diante de um genocídio”, celebrou a professora Beatriz Bissio, do IFCS. A docente deu uma aula sobre a questão palestina explicando as origens



FOTOS: FERNANDO SOUZA

do confronto. “O conflito é político, e não religioso. Tudo é consequência do colonialismo britânico e do imperialismo americano. Por séculos, cristãos, judeus e muçulmanos conviveram pacificamente na região”.

O cineasta Adilson Mendes leu o trecho do poema “Identidade” do poeta palestino Mahmoud Darwish, que constava no roteiro concebido por Godard e pelas lideranças palestinas que contrataram os diretores. “Escreve que sou árabe. Que você arrasou as vinhas do meu

pai e a terra que eu cultivava. E meus filhos. Você nos tirou tudo, menos para a sobrevivência dos meus netos, os nossos rochedos. Mas seu governo vai roubá-los também”.

O público participou ativamente do debate. Prestes a completar 50 anos de docência na UFRJ, o professor João Baptista Vargens, da Setor de Estudos Árabes da Faculdade de Letras, se emocionou ao recordar dos primeiros passos no estudo da língua árabe. “Fui da primeira turma graduada em árabe na

UFRJ. Eu era 50% da turma. O principal motivo de ter ingressado no curso foi a causa palestina”, lembrou.

O professor Fernando Santoro, diretor do IFCS, também esteve na plateia e levantou uma questão. “A criação do estado de Israel, em si, foi uma solução racista” defendeu. “E a atitude racista está na base de todos os grandes problemas que levam ao extremismo da extrema-direita. Temos que perceber os projetos racistas que existem em toda parte”.

Artigo



JOÃO TORRES
PROFESSOR DO INSTITUTO DE FÍSICA E PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DA UFRJ

ENTRE BURACOS NEGROS E BOMBARDEIOS: AULAS DE PRÊMIOS NOBEL PARA JOVENS PALESTINOS

Nos últimos meses, a cobertura internacional sobre Gaza tem se concentrado, com razão, na destruição de hospitais e escolas. No entanto, um aspecto igualmente vital da infraestrutura civil tem recebido menos atenção: as universidades. Desde o início das operações militares de Israel em 2023, ao menos doze instituições de ensino superior foram completamente destruídas. Estima-se que cerca de 94 professores universitários tenham sido mortos, além de centenas de estudantes e dezenas de administradores acadêmicos.

Um dos casos mais simbólicos dessa destruição é o da Universidade Al-Aqsa — a mais antiga instituição pública de ensino superior da Faixa de Gaza — que, até 2024, atendia cerca de 26 mil estudantes. Suas instalações foram completamente arrasadas por bombardeios israelenses e suas bibliotecas foram queimadas de propósito, com imagens registradas pelos próprios perpetradores.

No meio das ruínas das cidades bombardeadas, entre a dor de familiares assassinados e a perda de lares, jovens palestinos encontram um raro refúgio: a Ciência. Em meio ao genocídio em curso, eles continuam estudando Física de buracos negros, teoria dos números primos, Óptica Quântica e outros temas complexos da Ciência moderna. E não estão sozinhos. Uma constelação de cientistas mundialmente reconhecidos tem se mobilizado para oferecer a esses estudantes um elo com o conhecimento e com a dignidade humana. Dentre os

envolvidos estão nomes de peso como os Prêmios Nobel Anne L’Huillier, Michel Mayor, e Alain Aspect, além dos medalhistas Fields (o “Nobel da Matemática”) Terence Tao, Cédric Villani e Edward Witten. A esses se somam pesquisadores como Neil Turok, ex-diretor do Instituto Perimeter de Física Teórica, e Carlo Rovelli, autor de best-sellers em Física. Como isso é possível? Duas grandes iniciativas têm garantido essa ponte entre Gaza e o mundo acadêmico internacional. A primeira é a Solidariedade Acadêmica com a Palestina (Academic Solidarity with Palestine), uma rede formada por cerca de quatro mil voluntários, dedicada a manter o acesso à educação superior para jovens palestinos. Em parceria com a Universidade de Lille, na França, e a Universidade An-Najah, na Cisjordânia, a iniciativa organiza cursos online voltados às necessidades dos estudantes de Gaza.

As dificuldades, porém, são imensas. A organização distribui chips de celular para que os alunos consigam se conectar à internet. Muitos deles caminham longas distâncias até encontrar sinal suficiente para assistir às aulas. Uma realidade que lembra, numa versão muito pior, os desafios enfrentados por estudantes brasileiros durante os períodos mais críticos da pandemia da covid-19.

A segunda iniciativa é a organização Cientistas pela Palestina (Scientists for Palestine – S4P). Criada em 2015 por físicos dos EUA e do Reino Unido, a S4P busca apoiar a Ciência na Palestina e mitigar os efeitos devastadores da ocupação militar sobre o ensino e a pesquisa. Através de ações diretas em território palestino e da articulação de uma rede internacional de cientistas, a organização realiza webinários, escolas de verão, captação de recursos e programas de intercâmbio para estudantes e pesquisa-



dores palestinos.

Mesmo diante da guerra, das limitações técnicas e da dor, as aulas continuam acontecendo. E acontecem em nome dos direitos humanos universais, conforme expressos na Declaração Universal de 1948 — o mesmo ano da criação do Estado de Israel. Esses direitos não são ideias abstratas: são fundamentos da dignidade humana, como o direito à vida, à liberdade, à saúde, ao trabalho — e à educação. O mais impressionante é que, antes da guerra contra Gaza, a Palestina tinha uma das maiores taxas de alfabetização da região — um testemunho do valor que seu povo atribui à educação, mesmo após décadas de ocupação.

A solidariedade internacional de grandes cientistas com Gaza não é de hoje. Um dos episódios mais emblemáticos ocorreu em 2013, quando o renomado físico Stephen Hawking (foto) decidiu boicotar a Conferência Presidencial de Israel, organizada pelo então presidente Shimon Peres. Hawking havia inicialmente aceitado o convite, mas voltou atrás após apelos de acadêmicos palestinos e de colegas ao redor do mundo, em apoio ao movimento BDS (Boicote, De-

sinvestimento e Sanções). Sua decisão gerou ampla repercussão internacional e foi interpretada como um gesto político forte, vindo de um cientista de prestígio global, em defesa dos direitos dos palestinos. Vale lembrar que Hawking já havia visitado a Palestina em 2006, quando participou de uma videoconferência com estudantes em Gaza, expressando apoio à educação e ao direito dos palestinos ao acesso ao conhecimento — mesmo sob condições de bloqueio e ocupação. Seu gesto permanece como referência simbólica da aliança entre ciência e justiça.

Participar de um colóquio com cientistas de alto nível ou fazer um curso de Física ou de línguas, mesmo que online, dá aos estudantes palestinos uma certeza fundamental: eles não foram esquecidos. Ainda são vistos como seres humanos, apesar da intensa campanha de desumanização que enfrentam. A ciência, a educação e a busca por uma compreensão mais ampla do universo são valores universais — e os jovens palestinos ainda vivos merecem usufruí-los como qualquer um dos nossos estudantes aqui na UFRJ.

Professores denunciam casos de racismo no CAp

Casos graves de racismo no Colégio de Aplicação foram denunciados ao Conselho Universitário na manhã do dia 12. Representante do corpo docente da escola, a professora Maria Coelho leu um documento com a descrição dos ataques de alunos e do responsável de um deles aos servidores da unidade. “No dia 02/06, os estudantes citados receberam suspensão

por conduta desrespeitosa e por se referirem pejorativamente ao cabelo de um professor do setor curricular de Música. Ressaltamos que o professor é negro e que tratar cabelos crespos de maneira jocosa é uma das práticas mais comuns de racismo recreativo.”, diz um trecho. “Após a aplicação da suspensão, os estudantes tentaram intimidar verbalmente o professor citado, servidoras da Direção Adjunta de Ensino, do Registro Acadêmico, da Enfermaria e do

Gabinete da Direção, incluindo a Diretora Geral”.

Os responsáveis pelos estudantes foram convocados para uma reunião na escola no dia 6 e a situação piorou. “No atendimento a um desses responsáveis, as diretoras gerais Cassandra Pontes e Marina Campos, além da Diretora Adjunta de Ensino Céli Palácios, foram novamente interpeladas com tentativas de desqualificação do seu trabalho e da sua competência pedagógica.” A polícia

foi chamada e o caso foi denunciado na delegacia.

A carta é encerrada com uma demanda por apoio institucional e jurídico da reitoria.

O reitor Roberto Medronho afirmou que a administração central está ciente dos “gravíssimos” episódios. Uma nota foi divulgada no site da universidade. “Nós daremos todo o apoio aos profissionais do CAp”, afirmou. “Ato como estes são absolutamente intoleráveis dentro de uma universidade

que se propõe a ser antirracista”.

Ao final da sessão, após várias manifestações em solidariedade aos servidores do CAp, o Consuni aprovou uma moção de repúdio às ações racistas.

A diretoria da AdUFRJ também repudia as situações de racismo, se solidariza com os atingidos e vai acompanhar os desdobramentos.

O texto, aberto a assinaturas de apoio em <https://forms.gle/ihM5xhWGakZ2eHno7>, pode ser lido abaixo, na íntegra.



CARTA DE COMITÊ DO COLÉGIO REPUDIA AGRESSÃO CONTRA DOCENTE NEGRO

O Comitê Permanente da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), do Colégio de Aplicação (CAp) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tomou conhecimento na última sexta-feira (06/06) de casos extremamente graves envolvendo estudantes e o responsável de um desses estudantes na última semana. Tratam-se de situações de racismo, de conduta misógina intimidatória e de desacato a servidores públicos em exercício da profissão, incluindo diretoras da escola, que culminaram em denúncia feita pela diretora geral do Colégio de Aplicação, Cassandra Pontes, na polícia federal. Desde já, nos

solidarizamos com o professor de Música, com as servidoras da Direção Adjunta de Ensino, da Enfermaria, do Registro Acadêmico e do Gabinete da Direção intimidadas nessas situações, com a Direção Adjunta de Ensino e com a Direção Geral.

No dia 02/06, os estudantes citados receberam suspensão por conduta desrespeitosa e por se referirem pejorativamente ao cabelo de um professor do setor curricular de Música. Ressaltamos que o professor é negro e que tratar cabelos crespos de maneira jocosa é uma das práticas mais comuns de racismo recreativo. É importante destacar que o tema é de conhecimento

dos estudantes, seja pelas diversas ações pedagógicas do ERER e do corpo docente das séries junto às turmas, seja porque já houve atendimentos individuais com estes estudantes sobre racismo ao longo de suas trajetórias escolares. Após a aplicação da suspensão, os estudantes tentaram intimidar verbalmente o professor citado, servidoras da Direção Adjunta de Ensino, do Registro Acadêmico, da Enfermaria e do Gabinete da Direção, incluindo a Diretora Geral. Dada a gravidade da situação, que se soma a um histórico de atos graves cometidos pelos mesmos estudantes, seus responsáveis foram convocados à escola no

dia 06/06. No atendimento a um desses responsáveis, as diretoras gerais Cassandra Pontes e Marina Campos, além da Diretora Adjunta de Ensino Céli Palácios, foram novamente interpeladas com tentativas de desqualificação do seu trabalho e da sua competência pedagógica, com gestos de dedo em riste, tom de voz elevado e com ofensas pessoais. Diante da situação flagrante de desacato, as diretoras chamaram a polícia à escola e, posteriormente, prosseguiram com a denúncia contra o responsável em delegacia. Lamentamos profundamente que a escola seja palco de tamanha violência, direcionada especialmente contra mulheres e pessoas negras. Tal conduta vai na contramão de nossos valores institucionais, do projeto de escola democrática e antirracista que construímos e da dignidade

que queremos. O combate ao racismo, à misoginia e a outras práticas discriminatórias é nosso compromisso e demanda que sigamos avançando com políticas de valorização das contribuições africanas, afro-brasileiras e indígenas na educação, com a efetividade da reserva de vagas nos concursos para pessoas negras na universidade e com ações de acolhimento a servidoras e servidores em situação de violência de raça, gênero e outras.

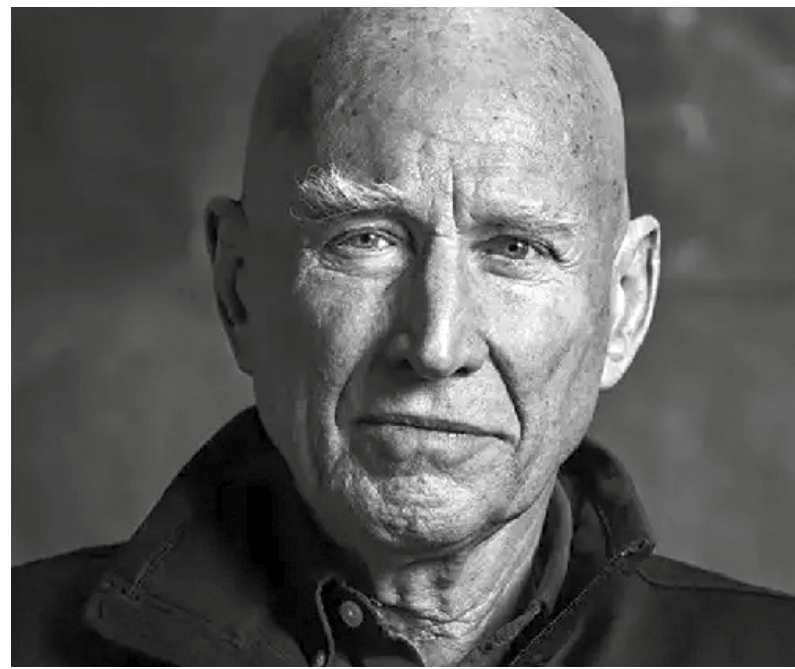
Rio de Janeiro, 9 de junho de 2025.

Jorge Marçal
e Monique Riscado
Coordenação do ERER CAp UFRJ

Direto do Consuni

POR KELVIN MELO
kelvinn@adufrj.org.br

O Conselho Universitário apreciou uma variada pauta no dia 12: homenagens, relatório da viagem do reitor à China, mudança de regime de trabalho e a revisão das regras internas de desenvolvimento na carreira docente mobilizaram os representantes da comunidade acadêmica. Confira a seguir.



SEBASTIÃO SALGADO HOMENAGEADO

Por aclamação, o Consuni aprovou a concessão do título de Doutor Honoris Causa in memoriam para o fotógrafo Sebastião Salgado, recém-falecido. Coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura, a professora Christine Ruta defendeu a homenagem. “Conceder o título de Doutor Honoris Causa para Sebastião Salgado, mesmo de forma póstuma, é um gesto profundamente simbólico e necessário. Trata-se do reconhecimento de sua imensa contribuição à arte, à cultura, à reflexão crítica sobre este mundo e ao seu compromisso com a transformação social”



EMERÊNCIA PARA LUCIA PREVIAATO

Também por aclamação, o colegiado concedeu o título de Emérita para a professora Lucia Mendonça Previato, do Instituto de Biofísica (IBCCF). A docente ingressou na carreira pelo Instituto de Microbiologia, em 1975, como Auxiliar e chegou a Titular em 1992. Em 2001 transferiu-se para o IBCCF, onde chefiou o Laboratório de Glicobiologia até a aposentadoria. É membro Titular da Academia Brasileira de Ciências desde 1996 e membro Titular da Academia Mundial de Ciências – TWAS desde 2008. Substituta da pró-reitora de Graduação, a professora Geor-

gia Atella comemorou a concessão do título. “A professora Lucia Previato é um exemplo na sua área, não só pelos feitos científicos, mas porque foi uma inspiração para muitas meninas. Quando conhecia a professora Lucia, no início da minha carreira, ela era um exemplo de força feminina na Ciência, em uma área dominada por homens”, disse.

FENG HAO/BEIHANG NEWS NETWORK



VIAGEM RENDE ACORDOS

Superintendente Geral de Relações Internacionais da UFRJ, o professor Papa Matar apresentou ao Consuni um relatório dos acordos acadêmicos firmados pelo reitor Roberto Medronho na viagem à China, entre 10 e 24 de maio. Por meio de um deles, a Universidade de Beihang poderá receber de 100 e 200 estudantes brasileiros, por ano, com despesas pagas pelos anfitriões. Também ficou definida a instalação de um centro de inovação na UFRJ, em colaboração com outras universidades brasileiras. Já com a China University of Petroleum — “braço” acadêmico da maior empresa de petróleo local — ficou acordada a instalação na UFRJ de um instituto de formação de engenheiros de alta

performance. Fruto de outro acordo, será instalada aqui no Rio uma base do Instituto Confúcio, criado pela China para promover o ensino da língua e cultura daquele país.



ADEUS A LEONARDO VALENTE

O Consuni do dia 12 aprovou moção de pesar pelo falecimento do professor Leonardo Valente Monteiro, Associado do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID), do qual foi o primeiro diretor. O docente tinha apenas 50 anos. “Neste momento de luto pela precoce partida de um querido e dedicado professor, a UFRJ, seu Conselho Universitário e o CCJE se solidarizam com seus familiares, amigos e com o corpo social do IRID”, diz trecho da moção. O site da universidade destacou sua atuação como pesquisador, que “abrangeu temas centrais das Relações Internacionais, como geopolítica, política externa do Brasil e da América do Sul, relações Sul-Sul e diplomacia midiática. Coordenava o Laboratório de Estudos Asiáticos (LEA-UFRJ) e era editor-chefe da revista científica Sul Global,

referência na área.

Antes do magistério superior, Leonardo atuou por dez anos como jornalista de O Globo. A Associação Brasileira de Imprensa homenageou seu carisma. O jornalista Jorge Antonio de Barros escreveu, no site da instituição: “Valente viveu intensamente em seus 50 anos de vida, com uma sagacidade, inteligência e afeto raros. Dono de um jeito simples e carismático, ele cativava a todos por onde passava, construindo amizades sólidas e deixando um legado de boas histórias”.



NA FACC, MUDANÇA DE REGIME DE TRABALHO

Após acirrado debate, o Consuni aprovou a mudança do regime de dedicação exclusiva para 20 horas da professora Mariana Zattar, do curso de Biblioteconomia da FACC. A docente passou em concurso para a Fiocruz, mas desejava continuar a carreira acadêmica na UFRJ. A decisão, por 20 votos a 19, foi muito comemorada pelos estudantes.

CONSUNI DEBATE CARREIRA DOCENTE

O Conselho Universitário do dia 12 iniciou a revisão das regras internas para o desenvolvimento na carreira docente. Conforme antecipado no Jornal da AdUFRJ de 23 de maio, a nova proposta formaliza uma conquista judicial do sindicato para todos os professores. O documento retoma o dispositivo das progressões múltiplas. Além disso, garante que os efeitos de cada processo sejam retroativos ao momento que o docente reuniu todos os requisitos para subir de nível — e não mais à data de aprovação na comissão de avaliação, como figura até hoje na

resolução nº 134, de 2022.

Mas ainda há espaço para melhorias na proposta de resolução. A AdUFRJ defende, por exemplo, que documentos de conhecimento da universidade não precisem ser apresentados no processo de progressão. Hoje, dependendo da unidade, até a portaria de admissão na universidade é requisitada para professores que já estão em níveis próximos ao topo da carreira. Ou seja, há Associados 4 precisando provar que estão na universidade há 20 anos.

Existem outros tópicos em debate. A Comissão de Legislação e Normas do Consuni — responsável por uma primeira análise



da proposta — não entrou em consenso se as bancas avaliadoras para a promoção a titular deveriam ser presenciais, obrigatoriamente, ou híbridas. A regra atual não prevê essa possibilidade.

Representante dos Associados do CCCMN, o professor Carlos Riehl sugeriu a ampliação da carga didática no ensino básico ou de graduação considerada como referência atual para pontuação das atividades. “Quatro horas semanais é muito pouco”, disse.

A discussão foi interrompida por dois pedidos de vista e terá continuidade na próxima sessão.

Artigo



COLETIVO DE PROFESSORAS E PROFESSORES APOSENTADOS DO CAP

RESILIÊNCIA E FORÇA EM MEIO À LUTA:

A FALA DOS PROFESSORES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO QUE TÊM DIREITO AO RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS

Somos professoras e professores aposentados do Colégio de Aplicação da UFRJ. Dedicamos os melhores anos de nossas vidas à formação de milhares de crianças e adolescentes. Foi o trabalho diuturno numa época em que o magistério era mais desvalorizado do que hoje e que as tarefas familiares ainda eram mais fortemente concentradas nas mulheres. Uma lida árdua que impediu muitos de nós de concluir a titulação.. Nossa história e nosso contexto foi reconhecido pela lei nº 12.772/2012, o chamado Reconhecimento de Saberes

O Jornal da AdUFRJ abriu espaço para nossa luta em reportagem de capa há duas semanas e nos convidou para escrever um artigo detalhando nosso calvário. É o que fazemos aqui.

e Competências (RSC), legislação que abriu as portas para um justo retorno financeiro para nós. No entanto, há mais de dois anos vivemos uma situação kafkaniana em que temos que cumprir uma maratona burocrática para receber algo que é nosso por direito. O Jornal da AdUFRJ abriu espaço para nossa luta em reportagem de capa há duas semanas e nos convidou para escrever um artigo detalhando nosso calvário. É o que fazemos aqui. Primeiro queremos explicitar que o RSC permite aos docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) receberem valores de Retribuição por Titulação (RT), mas para isso é necessário comprovar documentalmente a prática pedagógica, conhecimentos e

competências adquiridas que façam equivalência com a especialização, mestrado e doutorado. No âmbito da UFRJ, a Resolução nº 02/15 do CONSUNI dispôs sobre a regulamentação da avaliação e fluxo de procedimentos para a concessão do RSC. Em fins de 2022, a ADUFRJ venceu ação coletiva que determinou a extensão do direito ao RSC a 74 docentes do Colégio de Aplicação que se aposentaram na vigência da lei da paridade remuneratória. Nesse mesmo período, foi firmado com a UFRJ um compromisso para que esses docentes, após cumprimento de todo o protocolo de avaliação, tivessem a imediata revisão de seus proventos de aposentadoria. O não cumprimento desse acordo por

parte da UFRJ nos causa indignação. Dos 23 docentes que entraram com o pleito junto à CPPD/EBTT/RSC, 9 foram avaliados e seus respectivos processos encaminhados à PR4, que, até o momento, não efetivou o pagamento, tendo, inclusive, negado procedência a um deles. E por que toda essa indignação diante da desconsideração aos nossos direitos? A grande maioria dos pleiteantes ao RSC iniciou a sua atuação no CAP na década de 80, atravessando os anos 90, até mais ou menos a primeira década dos anos 2000. Trata-se de uma geração de docentes que, resgatando o contexto histórico mais amplo, viveu o momento do fim da ditadura e início do processo de reconstrução democrática, resistindo à ameaça de retrocesso nas políticas educacionais com a persistente tentativa de imposição das reformas neoliberais na educação.

MOVIMENTO SINDICAL

Lembramos que nós professores vivíamos uma conjuntura de luzes e sombras, mas, sem dúvida, com um horizonte mais aberto para a discussão de novos caminhos para a educação brasileira, em seus diferentes níveis. Vale lembrar também que o CAP, conosco na linha de frente, sempre participou ativamente do movimento sindical, mobilizando-se em todas as greves e manifestações, e assumindo, anos seguidos, o profundo desgaste que é a reposição de aulas no ensino básico.

No nível interno, nossa geração de docentes vivenciou um clima de efervescência e intensos debates provenientes das mudanças no pensamento pedagógico crítico e das novas concepções de educação escolar. Resgatando a trajetória histórica do CAP, é importante lembrar que, embora criado em 1948 e concebido como um espaço privilegiado para a formação docente na UFRJ, até meados dos anos 80, o colégio não era uma unidade autônoma, encontrando-se subordinado, primeiramente, ao Departamento de Didática da Faculdade Nacional de Filosofia e, posteriormente, à Faculdade de Educação e ao CFCH. Internamente, forjou-se um movimento de resistência ao papel subordinado do CAP e se estruturou um movimento de renovação da prática pedagógica, que levou à elaboração de novas propostas programáticas por todos os diferentes setores curriculares do colégio. Contudo, só em 1985, o corpo docente do CAP elegeu sua primeira diretoria. A partir daí, ocorreram grandes mudanças na estruturação interna do colégio.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

E antes de abordarmos algumas dessas mudanças, é importante destacar que muitos desses professores da lista dos 74 docentes habilitados ao pleito do RSC assumiram cargos de direção e de coordenação e tiveram uma participação de extrema dedicação e compromisso na luta pela construção de autonomia administrativa e pedagógica de nosso colégio. Assim, após a conquista do direito de eleger sua diretoria, verifica-se uma intensa mobilização do corpo docente em torno de questões institucionais, como a conquista de representação no Consuni, no CEG e no Conselho do CFCH. Do mesmo modo, surge uma nova estrutura de funcionamento da escola, através da criação das Direções Adjuntas, do Conselho Pedagógico e das coordenações dos setores curriculares. Ainda que a

Lembramos também que, ainda que já tivesse sido instituído o concurso público como condição de ingresso dos professores, o regime de trabalho predominante era, na década de 80 e em parte dos anos 90, de 20 horas semanais.

A partir deste sucinto relato, é possível entender porque nos sentimos profundamente indignados quando nove companheiros, com o processo avaliativo concluído e enviado para a PR4, não conseguem ter a retribuição por titulação incorporada imediatamente nos seus respectivos proventos.

implantação dessa nova estrutura tenha representado um avanço indiscutível, perduraram, ao longo das décadas de 80 e 90, condições de trabalho precárias, evidenciadas por contratos temporários extorsivos, atraso de pagamento, demora na contratação de professores concursados e substitutos. Certamente, todos nós sofremos as repercussões dessa precariedade em nossas condições de trabalho.

Lembramos também que, ainda que já tivesse sido instituído o concurso público como condição de ingresso dos professores, o regime de trabalho predominante era, na década de 80 e em parte dos anos 90, de 20 horas semanais. Com uma carga muitas vezes exaustiva de aulas/turmas e de licenciandos, mergulhávamos, sobrecarregados, no estudo e preparação das aulas, acreditando na proposta de enriquecer nossa prática pedagógica e propiciar uma educação crítica e de qualidade para os nossos alunos e licenciandos.

Nós, professores aposentados, temos a memória viva de nossa atuação naquele período. Fomos, junto com as nossas respectivas equipes de setor curricular, elaboradores e integrantes dos primeiros projetos de pesquisa e extensão aprovados junto ao CEG/CEPG. Acreditamos, portanto, que em muito contribuímos para o reconhecimento do caráter universitário do trabalho do CAP-UFRJ ao implantar e desenvolver sua premissa central, que é o elo entre ensino, pesquisa e extensão.

Na década de 90 e até meados da primeira década de 2000, a maioria de nós participou da construção do primeiro projeto político-pedagógico do colégio, que foi resultado de inúmeras discussões e debates sobre o papel dos colégios de aplicação na formação dos professores, na pesquisa sobre a educação básica, sobretudo, na democratização da educação pública. Foi nesse contexto que foram implementadas as novas formas mais democráticas de acesso ao CAP.

DIREITO DE PARIDADE

É importante afirmar que, ao longo desse período final, cresceu em muito o número de professores que passaram para o regime 40 h/DE. Contudo, o breve relato da ampliação das responsabilidades e tarefas presentes no processo de conquista de autonomia administrativa e pedagógica, bem como as dificuldades na concessão de licença para capacitação dos docentes, nos ajuda a esclarecer os motivos pelos quais muitos professores da educação básica não encontraram fôlego para completar a sua titulação em nível formal.

Não à toa foi instituído o RSC que, em última análise, representa um entendimento consensual das dificuldades presentes no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no que se refere à capacitação docente, buscando contemplar o direito de paridade remuneratória entre os docentes das IFEs

Queremos ainda expressar, mesmo não estando presentes na reformulação da carreira EBTT, o orgulho que sentimos ao constatar que a implantação de mecanismos de estímulos à capacitação docente mudou significativamente o perfil acadêmico dos professores do CAP - UFRJ. Segundo Carvalho (2025), o corpo docente atual do CAP, composto por 98 professores, chegou, em 2024, ao número de 65 doutores, 17 doutorandos e 15 mestres. Acreditamos firmemente que nosso esforço pedagógico e nossas

lutas reivindicatórias contribuíram para a configuração desse novo perfil e, certamente, pavimentaram o caminho que os novos professores estão percorrendo.

Pleitear o RSC representa um ato de extrema coragem e resiliência para nós, professores aposentados, - alguns há mais de 20 anos - na medida em que foi necessário se submeter a um complexo fluxo de procedimentos, que envolveu a elaboração de um memorial descritivo/analítico completo, englobando toda a atuação profissional desenvolvida até o momento da aposentadoria.

O memorial deve percorrer parâmetros pré-estabelecidos e normatizados, tais como, a título de exemplo, o inventário de todas as turmas trabalhadas e licenciandos orientados ao longo dos anos letivos na ativa; projetos de pesquisa e/ou extensão desenvolvidos; cursos de capacitação certificados; atuação em gestão, comissões e representações institucionais; atuação em bancas de seleção; produção de material didático e aplicação de métodos e tecnologias educacionais; artigos e livros publicados e muitos outros itens que justifiquem a solicitação do pleito.

Cada uma das atividades apresentadas no memorial deve ser referendada por documento comprobatório. Tratou-se de tarefa indescritivelmente exaustiva coletar documentos de um período anterior à era digital.

Em seguida, toda a documentação do professor pleiteante segue para a CPPD/EBTT/RSC, instituída no CAP, com vistas a coordenação do processo avaliativo de cada docente, cabendo-lhe o trabalho de formação da banca, composta por 4 avaliadores, sendo dois internos e dois externos.

Esses avaliadores são sorteados pelo SIMEC a partir de uma lista nacional de avaliadores inscritos no sistema. Na prática, a questão da formação das bancas é, segundo esclarecimentos da CPPD/EBTT, altamente problemática porque, na real, os professores que se dispuseram a participar solidariamente da avaliação dos colegas, ao serem sorteados, argumentam sentirem-se sobrecarregados e não se disponibilizam a mais esse trabalho não remunerado.

Segundo a CPPD, este é o principal fator que explica porque, apesar de terem entregues o memorial há cerca de 2 anos, a maior parte dos docentes pleiteantes ainda não teve sua avaliação concluída e encaminhada para homologação pelo Conselho Diretor do CAP, etapa que precede o envio do processo para a PR4.

FORÇA E ENERGIA

A partir deste sucinto relato, é possível entender porque nos sentimos profundamente indignados quando nove companheiros, com o processo avaliativo concluído e enviado para a PR4, não conseguem ter a retribuição por titulação incorporada imediatamente nos seus respectivos proventos.

Carregando dentro de nós a força e a energia oriundas de muita dedicação, estudo e vivência de luta cotidiana na construção de novos e mais democráticos caminhos para o ensino básico, queremos deixar claro que NÃO abdicaremos do direito ao Reconhecimento de nossos Saberes e Competências.

#OrgulhoDeSerUFRJ

ENCANTOS DA ENSEADA

> Projeto Orla sem Lixo une pesquisadores da UFRJ e pescadores para barrar a chegada de lixo à Enseada do Fundão, descortinando paisagens pouco conhecidas da Baía de Guanabara



RENAN FERNANDES
comunica@adufrj.org.br

FOTOS: ZÔ GUIMARÃES

Quem chega diariamente à Cidade Universitária de carro ou de ônibus não conhece outro ângulo pouco usual da Ilha do Fundão. A vista do campus a partir da Baía de Guanabara é um privilégio dos pescadores que tiram das águas do entorno o ganha-pão de cada dia.

Na sexta-feira (6), o projeto Orla Sem Lixo organizou um evento na Prainha, aos fundos da Faculdade de Letras, que apresentou a Enseada do Fundão para a comunidade acadêmica. Além de passeios de barco, uma feira de Ciências ao ar livre mostrou todas as frentes de ação do programa. O evento fez parte das celebrações da Semana Mundial do Meio Ambiente.

O projeto, que nasceu em 2020, instalou barreiras na Prainha e no mangue da Enseada de Bom Jesus, próximo ao Parque Tecnológico. O objetivo dos projetos-piloto é a recuperação dos ecossistemas nessas duas regiões. “Aqui chega muito lixo. Nossa estimativa é de que aqui chegue uma tonelada de lixo por dia”, disse a professora Susana Vinzon, coordenadora do projeto Orla Sem Lixo.

SABERES TRADICIONAIS

A multidisciplinaridade é uma marca do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores. “A ideia é agregar professores e grupos que tenham interesse em desenvolver pesquisas dentro dessa temática que abrange muitas áreas”, explicou Vinzon. “É um projeto orgânico que cresce em função do financiamento e do interesse de pessoas que querem investigar dentro do universo do impacto do lixo na costa”, completou.

A comunidade de pescadores também é parte fundamental do desenvolvimento do projeto. Mensalmente, os pesquisadores organizam o “Café com Orla” para ouvir as contribuições de quem tem o conhecimento prático. “Os pescadores constroem e participam de todo o processo. Eles têm a vivência e isso é essencial”, pontuou a docente.

A integração entre pessoas e saberes di-



ORLA SEM LIXO Para Susana Vinzon, a vivência dos pescadores é essencial no projeto

ferentes é o grande desafio do psicólogo Jairton da Silva, estudante de mestrado do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, envolvido no projeto desde 2021. “São grupos que, muitas vezes, não conversam”, revelou sobre o trabalho de sentar com pesquisadores de diferentes áreas e com os pescadores. “Juntar todas essas pessoas representa um avanço no pertencimento e na valorização de saberes tradicionais”.

O trabalho desempenhado pelos pesquisadores do projeto é um fio de es-

perança para as águas da Guanabara. “As barreiras são efetivas e as melhorias já são evidentes”, afirmou a professora Vinzon. A pescadora Ana Paula Amorim confirmou o avanço na qualidade da água na Prainha. A paraibana trabalha no entorno da Ilha do Fundão desde 2005. “Tem espécies de peixes voltando a entrar aqui”, celebrou. “Antes tínhamos que ir longe para conseguir pescar, agora a gente joga a rede por aqui mesmo e pega tainha, robalo, siri, camarão”.

A Prainha é mais que apenas lugar de

trabalho para a pescadora. Moradora da Maré, Ana Paula leva os filhos ao local nos momentos de lazer. “Não precisamos ir para longe tendo uma praia maravilhosa ao lado de casa. O que precisamos é que esse trabalho tenha continuidade para manter essas boas condições”, disse, esperançosa.

A preocupação com a saúde mental e as condições de trabalho dos pescadores está entre os temas discutidos pelos pesquisadores. “A Cidade Universitária foi construída a partir do aterro de sete ilhas onde viviam comunidades de pescadores”, apontou a professora Vinzon. “Esse é também um trabalho de resgate”, definiu.

Com o apoio da Petrobras, está em estudo a construção de uma base de apoio para os pescadores na Prainha. Será a primeira estrutura do Parque da Orla que consta no Plano Diretor 2030 da UFRJ. “O conceito é trazer a biodiversidade, o ambiente natural e soluções modernas que ajudem na conscientização das pessoas sobre a importância do meio ambiente”, explicou Susana Vinzon.

Roberto Guedes é um dos pescadores que serão beneficiados com a construção da estrutura de apoio. Morador de Belford Roxo, Roberto pesca na Prainha há 28 anos. Todo domingo, o pescador e a esposa Livânia pegam a cadelinha Pimenta e embarcam na Kombi do casal em direção ao Fundão, onde montam acampamento para trabalhar até quarta-feira. “Temos que trazer água potável, bateria para ter luz, um fogareiro para cozinhar e gelo para armazenar os peixes”, contou sobre a rotina.

Os passeios de barco fizeram sucesso com o público. Caroline Dantas, estudante de Engenharia Civil, participou do roteiro que levou os visitantes até a Ilha do Catalão, na outra extremidade da enseada. A jovem conheceu o projeto em uma ação realizada na Ilha do Governador, perto de onde mora. “É importante conhecer o entorno de onde a gente vive e estuda”. A estudante ficou impressionada com a quantidade de lixo retida pelas barreiras instaladas pelo projeto. “Sabia que a baía é poluída, mas só vendo a quantidade de lixo boiando é que se tem noção real do problema e da importância de ações como essa”, refletiu.



À FLOR DA TERRA, CORPOS NEGROS SOB NOSSOS PÉS

> Visita ao maior cemitério de pessoas escravizadas das Américas emociona professores e promove reflexão

RENAN FERNANDES
comunica@adufrj.org.br

FOTOS: FERNANDO SOUZA

Nacidade que recebeu a maior quantidade de africanos escravizados durante a diáspora negra, o sangue de corpos pretos continua escorrendo diariamente. O jovem Herus Guimarães, morto em ação do Bope durante uma festa junina no Morro Santo Amaro, está entre as vítimas mais recentes da violência de Estado que atinge a população negra no Rio de Janeiro.

Olhar para o passado e revisitar a história da escravidão no Brasil é uma oportunidade de repensar um futuro diferente. Pensando no poder da educação e da cultura como mecanismo de transformação, a AdUFRJ promoveu no sábado (7), um passeio ao Museu Memorial dos Pretos Novos, na Gamboa.

“Esse roteiro não é sobre o passado”, destacou o historiador Gabriel Siqueira, guia do passeio. “A escravidão pode parecer parte do passado, mas corpos pretos continuam sendo vítimas de violências do Estado”, completou.

O roteiro começou no Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, onde entre 1811 e 1843 historiadores estimam que até dois milhões de africanos escravizados desembarcaram. Do

cais ao museu, Gabriel — que também é capoeirista — cantou e tocou ao berimbau canções que relembram o sofrimento e a resistência do povo negro.

“Navio negreiro, tumba flutuante, terra mãe distante, dor e desespero”, dizem os versos da canção de Mestre Toni Vargas entoada pelo guia.

Os pretos novos eram os africanos escravizados recém-chegados ao Brasil. Aqueles que não resistiam aos maus-tratos na longa travessia do Atlântico eram lançados ao mar ou jogados em uma vala comum, junto com o lixo depositado pela população. Até o fechamento em 1830, entre 20 e 30 mil pessoas foram enterradas no antigo Caminho da Gamboa, hoje Rua Pedro Ernesto, no que é considerado o maior cemitério de pessoas escravizadas das Américas.

A professora Nedir do Espírito Santo, vice-presidenta da AdUFRJ, reforçou a importância do roteiro para divulgar uma história ainda pouco conhecida. “Só aqui podemos ter noção de toda dor e sofrimento que essas pessoas passaram”.

O cemitério foi descoberto em 1996, quando moradores do local iniciaram obras de reformas na casa que hoje abriga o museu. Na fundação da casa foram encontrados milhares de fragmentos de ossos que as pesquisas arqueológicas apontaram pertencerem majoritariamente a crianças e adolescentes.

A visita ao museu comoveu o

professor Hugo Nóbrega, do Instituto de Computação. “Fiquei arrepiado do começo ao fim. É muito impactante ver esses pedaços de ossos de pessoas que foram brutalizadas”, comentou. O docente refletiu sobre a condição em que os restos mortais foram encontrados. “É simbólico que tenham sido descobertos sob a fundação de uma casa, diz muito sobre a fundação na nossa sociedade. Precisamos sempre olhar as coisas com essa lente para entender o presente”.

A professora Rozane Tardín, da Escola de Educação Física e Desportos, participou pela primeira vez de um passeio cultural promovido pela AdUFRJ e aprovou a experiência. “Achei um espetáculo. É uma história muito profunda da escravidão e dos movimentos de resistência do povo negro”, exclamou. A atividade foi uma oportunidade que a docente precisava para conhecer o museu. “Sempre tive vontade de conhecer esse local. Com certeza, estarei presente nos próximos passeios”.

O impacto do passeio nos docentes fomentou o desejo por novos programas com essa temática. Nedir garantiu novas atividades para divulgação da história da escravidão e da herança africana no Rio de Janeiro. “Os professores pediram e nós faremos novamente um passeio pela região da Pequena África para dar continuidade a esse processo de aprendizagem”, afirmou, ao final da visita.



DE VOLTA AO PAPEL

> Por determinação do Andes e contra posição da diretoria da AdUFRJ, próxima eleição será presencial. Pleito será em setembro. Assembleia de docentes aprovou regimento

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

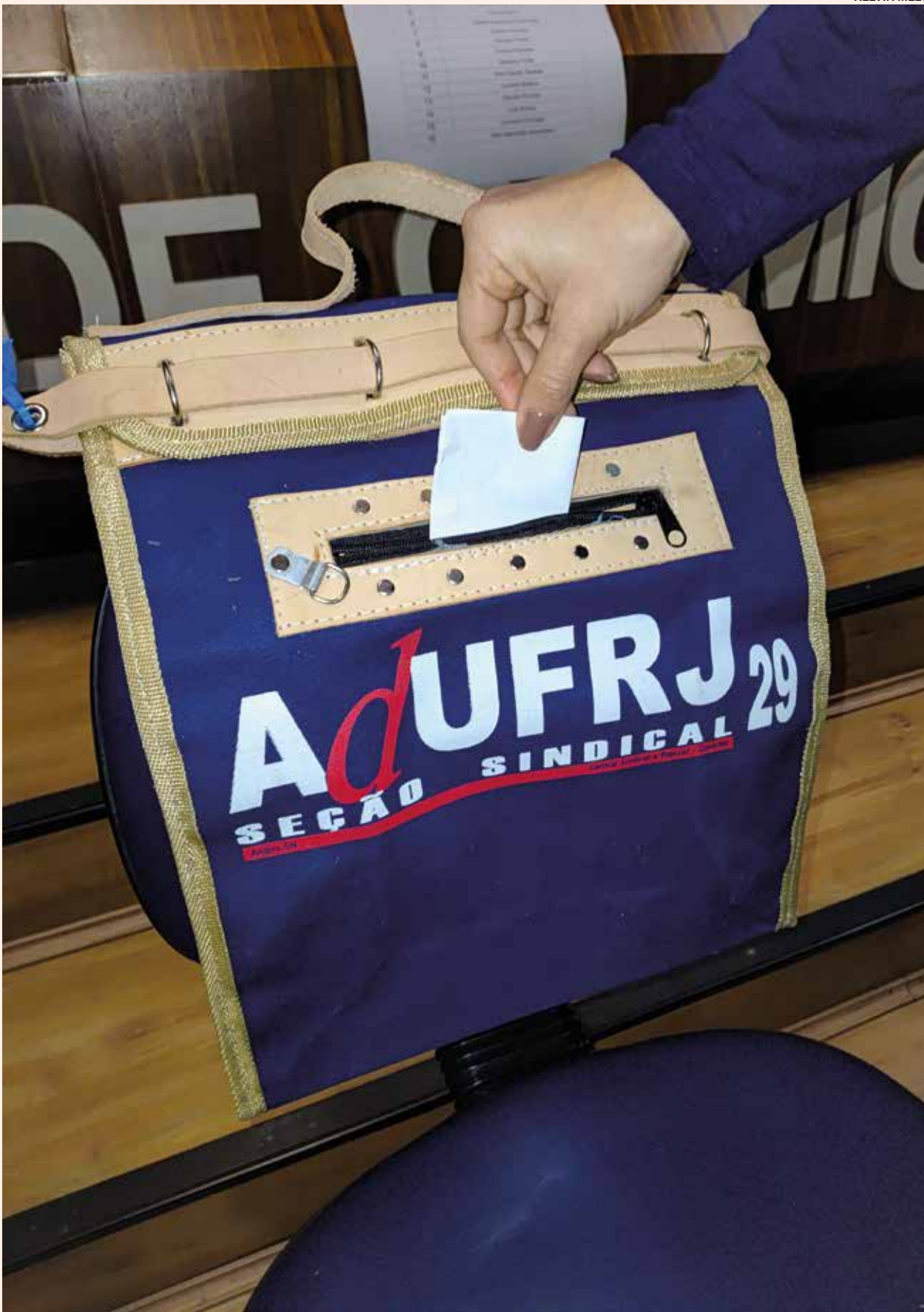
Após duas eleições virtuais com grande participação dos professores, a AdUFRJ voltará a realizar um pleito presencial neste ano para a escolha da diretoria e do Conselho de Representantes para o próximo biênio. A mudança no regimento, aprovada em Assembleia Geral esta semana, foi imposta pelo Andes. As eleições remotas estão proibidas pelo estatuto do Andes em todas as seções sindicais. Em 2023, professores da UFRJ escolheram por ampla maioria o sistema remoto.

Desde o anúncio da mudança, vários professores vêm manifestando à diretoria, em grupos de mensagens ou nas redes sociais a insatisfação com o retorno da votação em cédula de papel. “Essa é a forma como o Andes trata com autonomia suas filiais?”, “Impressionante retrocesso, que limita uma participação mais ampla e democrática” e “Renovar para retroceder... nenhuma novidade vindo do Andes. Até quando?” são alguns dos comentários postados nas redes sociais da AdUFRJ.

“Nós, da diretoria da AdUFRJ, lamentamos essa alteração. Infelizmente, continuar com o voto virtual poderia levar à judicialização de todo o processo”, afirma a presidenta da entidade, professora Mayra Goulart. “Entendemos que as eleições em formato virtual contribuem para ampliar a participação dos docentes. Em especial, dos aposentados sindicalizados, que são uma parte importante da nossa base e não costumam frequentar mais os campi”, completa.

O maior quórum eleitoral da história do sindicato aconteceu na primeira votação virtual, em setembro de 2021, durante a pandemia. Foram 1.643 votos computados (48,25% do total de associados). Nos três pleitos anteriores, presenciais, com disputa entre duas chapas, os quóruns foram de 1.501 (2015), 1.308 (2017) e 1.239 (2019) votantes. Em 2013, com chapa única do grupo de atual oposição ao sindicato, apenas 413 docentes votaram. Já em 2023, fora da pandemia e também em votação virtual, houve 1.499 eleitores.

A simplificação da logística era outro ponto favorável ao pleito virtual. Na votação física, é necessário mobilizar dezenas de pessoas para compor as mesas eleitorais e garantir o deslocamento das urnas para



KELVIN MELO

todos os campi. “A apuração do resultado também é mais ágil”, diz Mayra.

Desde o último Congresso do Andes, em janeiro deste ano, nada disso é mais possível (veja quadro). A AdUFRJ foi obrigada a mudar seu regimento. “O objetivo desta alteração é apenas retornar para o regimento como ele era em 2015, quando o voto era presencial. Todas as menções à virtualidade foram substituídas por menções à presencialidade”, afirmou Mayra, no início da assembleia do dia 9.

OPOSIÇÃO

A volta ao pleito presencial foi comemorada por uma parte dos professores que compareceram à assembleia. “Pode parecer saudosismo, mas acho que esta é uma questão política séria. É a qualidade do voto, não apenas a quantidade”, disse o professor Jorge Ricardo, da Faculdade de

Educação. “Vivemos em uma era em que tudo é superficial, tudo é feito correndo. O voto presencial exige uma vontade mais definida da pessoa do que simplesmente votar pelo computador ou pelo celular”.

Durante a assembleia, algumas sugestões foram acolhidas no novo regimento. Uma delas determina que a votação deverá acontecer em locais públicos da UFRJ, nos dias e horários de maior afluxo de eleitores, em turnos não inferiores a quatro horas consecutivas em cada dia da eleição. A legislação anterior previa duas horas consecutivas.

O documento com as mudanças nas regras (confira a íntegra no site da AdUFRJ) recebeu 26 votos favoráveis e dois contrários. Houve ainda duas abstenções e um voto em branco.

O cronograma do processo eleitoral será previsto em um edital, que ainda será apreciado

em um Conselho de Representantes e, posteriormente, em outra Assembleia. O regimento geral da AdUFRJ determina que as eleições serão realizadas entre 5 e 15 de setembro dos anos ímpares e convocadas com pelo menos 60 dias de antecedência.

DELEGAÇÃO AO CONAD

Na assembleia do dia 9, também foi eleita a delegação para o 68º Conad do Andes, que acontece em Manaus (AM), entre os dias 11 e 13 de julho. Todos os 16 candidatos que se inscreveram serão observadores no evento. A presidenta da AdUFRJ, professora Mayra Goulart, será a delegada indicada pela diretoria, com direito a voto nas deliberações do encontro.

Serão observadores: Nedir do Espírito Santo (recebeu 29 votos); Ana Lúcia Fernandes (29); Eleonora Ziller (30); Veronica Damasceno (29); Carlos

CONGRESSO DO ANDES PROIBIU VOTO REMOTO EM JANEIRO

A mudança que proibiu o voto remoto nas instâncias do movimento docente foi aprovada durante o 43º Congresso do Andes, realizado em Vitória (ES), em janeiro deste ano: “Para efeito deste Estatuto, a participação nos processos eleitorais e o voto presencial, único aceito em todas as instâncias deliberativas e nas eleições do Andes-Sindicato Nacional e de suas seções sindicais ou AD Sindicais, são compreendidos como a presença física e coletiva do(a)s indivíduo(a)s sindicalizado(a)s do Andes-Sindicato Nacional no debate síncrono e no exercício do sufrágio presencial não-virtual, em local previamente estipulado em edital de convocação”.

AValiação DO JURÍDICO DA ADUFRJ

A assessoria jurídica da AdUFRJ explica como a alteração impactou o regimento do sindicato. “Antes deste Congresso, o estatuto já proibia voto não presencial, considerando o virtual ou por procuração. Mas nosso argumento jurídico era que o professor estava presente ao processo de votação, ainda que à distância. Na redação atual, o Andes tirou essa possibilidade e limitou o voto somente para aquelas pessoas que estiverem fisicamente presentes às seções eleitorais”, explica o advogado Frederico Luzzardi. “Com isso, foi necessário adequar o Regimento Eleitoral da AdUFRJ, que previa o voto via sistema Helios”.

Zarro (30); Daniel Negreiros Conceição (29); Camila Azevedo (14); Renata Flores (14); Cristina Miranda (14); Mariana Trotta (14); Ana Cláudia Tavares (14); Luciana Boiteux (14); Claudia Piccinini (14); Luis Acosta (15); Leonardo D’Angelo (14); Sara Granemann (15).

Se alguém desistir da viagem, será substituído pela professora Alessandra Nicodemos.